

Moção

Em defesa da escola pública e pelo respeito dos professores

A Educação em Portugal vive tempos conturbados, os seus profissionais têm sido vítimas do desinvestimento do Governo através de medidas de estrangulamento e de subfinanciamento crónico que a empobrecem. A escola de qualidade, gratuita e inclusiva, direito constitucional e pilar estruturante de uma sociedade democrática e justa, sofre há várias décadas de medidas que atentam contra os seus princípios. Desde logo, pela não valorização dos seus trabalhadores, através dos estrangulamentos feitos às suas carreiras e pelo parco investimento neste setor fundamental para uma sociedade. A luta dos professores tem por isso muitos anos, não se iniciou em dezembro de 2022, nem tão pouco esteve esquecida. Desde sempre que os professores lutam pela dignificação da sua profissão e pela melhoria das suas condições de trabalho.

Estamos perante um subfinanciamento da escola Pública que acentua as desigualdades ao longo do percurso escolar dos alunos em Portugal, agravando a forma pouco dignificante com que são tratados os profissionais da educação em geral e os professores em particular. Este subfinanciamento crónico, impede a melhoria das condições de trabalho nas escolas, impedem o sucesso das aprendizagens dos alunos; Faltam Psicólogos, Terapeutas da Fala, Tradutores de Língua Gestual Portuguesa, Psicomotricistas entre outros, e, no caso dos docentes, a tomada de medidas que confirmem atratividade à profissão. Também faltam professores, cada vez a mais disciplinas e a cada ano letivo, durante mais tempo. A realidade que temos é muito preocupante: muitos professores abandonam precocemente a profissão, os jovens que concluem o Ensino Secundário não procuram os cursos de formação de docentes e os mais velhos anseiam pelo momento da aposentação. Estamos perante uma área edificante da sociedade em que os seus profissionais são desconsiderados.

É verdade que os salários e a carreira se desvalorizam; que a precariedade se arrasta, em média, mais de 16 anos, para pelo menos entrar nos quadros e na carreira docente, até lá, e durante todo esse tempo, os professores auferem vencimentos do 1º escalão, apesar de estarem largos anos a lecionar. O envelhecimento da classe docente é cada vez maior e as condições para o seu rejuvenescimento não melhoram, urge alterar esta situação sob o risco de cada vez existirem menos professores.

No presente ano letivo assistimos ao aumento do recurso a não profissionalizados e o pior poderá ainda estar para acontecer, uma vez que o número de aposentações aumenta de ano para ano e o de jovens a entrar nos cursos de formação (mesmo aumentando) é menos de metade dos professores que saem por aposentação. O recurso a diplomados sem especialização na área da educação faz com que o preceito da escola pública seja desvirtuado. A qualidade do ensino está a ser posta em causa, sem desprimir por estes trabalhadores, que muitas vezes recorrem a dar aulas como forma de escapar ao desemprego nas áreas da sua formação, mas de facto, não são professores de carreira nem o pretendem ser para o resto das suas vidas. Tapam assim, o Governo e o Ministério da Educação, um buraco com uma manta rota que a prazo tenderá a agravar a qualidade do ensino na Escola Pública, promovendo um crescimento do setor privado na educação.

Pela sua qualidade, dedicação, entrega, profissionalismo e incontornável valor para a sociedade, os professores não merecem o desrespeito a que estão a ser sujeitos, como provou, entre outros exemplos, a forma como procuraram minimizar os problemas que a pandemia trouxe à Educação.

Por tudo isto os professores estão em luta. Exigem respeito!

Os professores através das estruturas sindicais da classe mobilizaram-se, continuaram as lutas de várias décadas pela dignificação da carreira docente e já não há dia em que não saiam para a rua às centenas se não mesmo aos milhares, para dizer ao Governo e ao Ministro da Educação, que não vão parar. Não vão parar de lutar por todas as formas que consigam e pelas quais façam ouvir as suas justas reivindicações. Que não se contentam nem se calam ante os anúncios do Ministro da Educação com uma mão cheia de nada e outra de coisa nenhuma, aventando medidas que, ou já estão em prática porque a isso foram obrigados pela União Europeia, ou mais uma vez, os professores serão alvo de experimentalismos de risco elevado, sabendo à partida que se inicia uma viagem num carro sem rodas.

A luta dos trabalhadores do setor da Educação é justa porque chama a si a importância que lhe é devida no papel que desempenha na sociedade democrática, justa, igualitária e inclusiva. São muitos milhares de trabalhadores que se sentem maltratados e desconsiderados. Exigem Respeito!

Os professores através da representatividade legítima dos seus sindicatos não abandonaram, nem a mesa das negociações, nem a luta. Estes dois sinais são a mais vincada forma de dizer ao Governo do PS que estas reivindicações que mobilizam e colocam na rua toda uma classe profissional, lutando pelo que é seu por direito, é uma luta legítima por uma profissão digna, respeitada e reconhecidamente valorizada!

Assim, a Assembleia de Freguesia de Amora, reunida na sua 1ª Sessão Extraordinária no dia 31 de Janeiro de 2023, delibera:

1. Repudiar as políticas de destruição da Escola Pública e exigir uma educação para todos, uma escola com estabilidade, inclusiva, gratuita e de qualidade;
2. Exigir ao Governo a redução do número de alunos por turma;
3. Exigir ao Governo a melhoria das condições salariais dos professores;
4. Exigir ao Ministro da Educação a devolução dos 6 anos, 6 meses e 23 dias do tempo de serviço congelado aos professores;
5. Exigir ao Ministro da Educação o fim das quotas e vagas na passagem do 4º para o 5º e do 6º para o 7º escalões;
6. Instar o Ministro da Educação a cumprir a colocação de professores através do mecanismo único da graduação profissional;
7. Exigir ao Ministro da Educação o fim da precariedade no ensino procedendo à vinculação dos professores com 1095 dias de serviço, independentemente de se tratar de horários completos ou incompletos e anuais ou temporários;
8. Instar ao Ministro da Educação que acabe com a intenção da criação de Concelhos Locais de Diretores com competências no recrutamento e afetação de docentes às escolas/agrupamentos, sejam professores contratados ou professores de carreira.

Amora, 31 de Janeiro de 2023

P'los Eleitos da CDU

Adolfo Torres